

Itaipu: Tratado 50 anos

Itaipú: Tratado de 50 Años

Itaipu: 50-year treaty

Maria de Fátima Bento Ribeiro¹
José Carlos dos Santos²

Resumo

Este artigo objetiva discutir aspectos do Tratado de Itaipu, que completou 50 anos. De acordo com o Anexo C é necessária uma revisão das bases financeiras da tarifa de suprimento de energia. Metodologicamente, buscou-se uma linha cronológica sobre a política externa brasileira, as tensões e os conflitos surgidos que se refere ao processo da relação bilateral com o Paraguai e as questões de fronteira. Com relação as bases teóricas, recorreu-se a produção sobre os tratados de demarcação de fronteiras. Por fim, ressalta-se a importância de uma revisão das implicações diplomáticas que entram em fricção quando se trata de fronteiras.

Palavras-chave: Tratado de Itaipu, Política Externa Brasileira, Fronteira.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir aspectos del Tratado de Itaipú, que cumplió 50 años. De acuerdo con el Anexo C, es necesaria una revisión de las bases financieras de la tarifa de suministro de energía. Metodológicamente, se buscó una línea cronológica sobre la política exterior brasileña, las tensiones y los conflictos surgidos en el proceso de relación bilateral con Paraguay y las cuestiones de frontera. En cuanto a las bases teóricas, se recurrió a la producción sobre los tratados de demarcación de fronteras. Finalmente, se destaca la importancia de una revisión de las implicaciones diplomáticas que entran en fricción en temas de frontera.

Palabras clave: Tratado de Itaipú, Política Exterior Brasileña, Frontera.

Abstract

This article aims to discuss aspects of the Itaipu Treaty, which is 50 years old. According to Annex C, a review of the financial basis of the energy supply tariff is required. Methodologically, a timeline of Brazilian foreign policy, tensions and conflicts arising from the bilateral relationship with Paraguay and border issues was sought. With regard to theoretical bases, the production on border demarcation treaties was used. Finally, we highlight the importance of a review of the diplomatic implications that come into friction when it comes to borders.

Keywords: Itaipu Treaty, Brazilian Foreign Policy, Border.

1. Considerações Iniciais

Sete Quedas era como, a princípio chamávamos a projetada hidrelétrica. Itaipu foi o nome que propuseram os paraguaios. Em guarani tem o belo significado de “a pedra que canta” (Mario Gibson Barboza, 2020, p. 141)

¹ mfabento@hotmail.com

² professor-jose-carlos@hotmail.com

O Tratado de Itaipu completou 50 anos em 26 de abril de 2023 e, conforme previsto, foi revisto as disposições do Anexo C, que trata das bases financeiras da tarifa de suprimento de energia. Itaipu é um objeto polissêmico carregado de múltiplas linguagens da engenharia tecnológica, do trabalho, além de ser jurídica diplomática, militar, geopolítica, econômica, ambiental e indígena. São muitas camadas para formar uma leitura do seu significado e, cada uma, revela evidências sobre sua história.

A sede empresa de Itaipu binacional, formada em 1974, está localizada na tríplice fronteira com o Brasil, Paraguai e Argentina, na cidade de Foz do Iguaçu. A barragem está localizada no rio Paraná, na Bacia do Prata, inaugurada em 1984. A obra realizada no século XX, alterou a história, a geografia, a paisagem e o cotidiano, além disso o seu processo de construção continua, na atualidade, com um protagonismo demarcador de espaço. Tendo destaque não somente no campo da engenharia, Itaipu também é considerada a oitava maravilha do mundo moderno devido as características do projeto que envolve duas nações da América do Sul, Brasil e Paraguai. É, portanto, um empreendimento binacional de sucesso.

Considerada um sucesso da diplomacia brasileira e paraguaia, Itaipu foi tema de uma exposição, em 2021, no museu histórico e diplomático do Itamaraty (MHD), no Rio de Janeiro, destacando a temática “Itaipu uma obra diplomática”³. Neste sentido, com foco nas relações internacionais, buscamos, metodologicamente, seguir uma linha cronológica para refletir sobre o caminho da política externa brasileira, das tensões e conflitos surgidos ao longo do tempo, no que se refere ao processo da relação bilateral com o Paraguai e nas questões de fronteira.

O Brasil faz fronteira com dez países e, com toda complexidade, possui uma relação de paz e cooperação com a maioria deles. A tríplice fronteira, onde está localizada Itaipu binacional, é um espaço que tem projeção nacional e internacional. Na política externa esteve recentemente no centro das atenções devido à renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu. No Brasil, ao longo dos séculos, a política externa tem sido “[...] um dos instrumentos com que os governos afetaram o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atrás e dependência” (CERVO; BUENO, 2010, s/p).

³ Ver. Fonte. Disponível em: <<https://okalab.com.br/itaipu>>. Acesso em 08 out. 2023.

2. O Tratado de Itaipu e as questões de fronteira

O Tratado de Itaipu é um acordo bilateral de cooperação entre o Brasil e o Paraguai que completou 50 anos. Foi assinado, em 26 de abril de 1973, pelos presidentes Emílio Garrastazu Médici do Brasil e Alfredo Stroessner do Paraguai. Após muita negociação envolvendo as chancelarias dos dois países para o aproveitamento conjunto dos recursos hídricos do rio Paraná, no trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu, o que colocou fim às questões problemáticas da fronteira.

O Paraguai reivindicava uma questão de limites mal resolvida dos tratados anteriores e o alagamento de sete quedas resolveria o problema de litígio na fronteira. O Tratado limítrofe que determinava a fronteira entre os dois países era “Loizaga-Cotegipe (nome dos dois principais negociadores), assinado em Assunção em 9 de janeiro de 1872, no fim da guerra sustentada pela Tríplice Aliança (Argentina, Brasil, Uruguai) contra o Paraguai do Marechal Francisco Solano Lopes (CAUBET, 1989. p. 42)”.

No estudo sobre fronteiras no Brasil, Synesio Sampaio Gomes Filho, chama atenção para a origem da questão fronteira entre o Brasil e o Paraguai no Tratado de Santo Ildefonso que, desde as primeiras demarcações, ficaram dúvidas. No século XIX, após o processo de independência, essa divergência continuava e o Paraguai buscava referência no tratado de 1777. Com o final da Guerra com Paraguai,

[...] acentuaram-se as divergências entre o Brasil e a Argentina. Contrariando disposições do Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil resolveu fazer uma paz em separado, em 1872, e fixar definitivamente sua fronteira com o Paraguai. A linha de limites começa na região de Sete Quedas, no Rio Iguaçu, prossegue pelas serras de Amambai e Maracaju e termina no Rio Apa, que deságua no Paraguai (GOES FILHO, 2015, p. 319).

Esse tratado provocará um novo debate, pois, “[...] o detalhamento completo dos limites da fronteira jamais foi concluído em face do desacordo entre as partes em relação à demarcação da Serra de Maracaju no trecho em que se divide em dois ramos: um acima e outro abaixo de Sete Quedas” (SÓRIA, 2012, p. 76). De acordo com Sória, o Tratado de 1872 “[...] em linhas gerais, repete a descrição do Tratado de Limites de 1750, no que concerne ao trecho de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, inclui algumas denominações novas, mas não altera a geometria estabelecida” (2012, p. 56).

O Tratado de Limites, também conhecido *Tratado de Madrid*, celebrado entre Portugal e Espanha, que define os limites de suas colônias sul-americanas, “[...] revogava o Tratado de

Tordesilhas e os demais tratados correlatos. A demarcação de fronteira entre Brasil e Paraguai estipulada nesse Tratado marca, em tese, o começo da história política de Itaipu” (SÓRIA, 2012, p. 50).

Goes Filho, ao comentar o *Tratado de Madrid* de 1750⁴, destaca que “[...] ao lado do Tratado de Madri, o único da história que dividiu um continente, todos os demais acordos de limites são de pouca importância” (2015, p. 29). Segundo Goes Filho, nas discussões do livro *Navegante, bandeirante e diplomatas*, “[...] o grande artífice da chamada política de limites foi o Barão do Rio Branco” que, sem guerras, consegue consolidar e ampliar as fronteiras.

Ainda para o autor citado acima, o Tratado de Tordesilhas de 1494⁵ é considerado como uma das peças mais importantes de nossa história diplomática. Conforme suas palavras, “[...] o primeiro ato relevante da diplomacia moderna, porque negociada entre Estados, e não, como era normal na idade média, dividido pelo Papa” (GOES FILHO, 2015, p. 73). O outro destaque se dá para as questões de fronteira “[...] o segundo grande marco da história da formação das fronteiras do Brasil” Alexandre de Gusmão, diplomata que arquitetaria o *Tratado de Madrid*.

A questão de sete quedas e seu debate é considerada por pesquisadores como uma das maiores controvérsias desde a guerra da Tríplice Aliança. De acordo com reivindicação paraguaia, a linha da fronteira não estava bem demarcada. Vejamos um fragmento da obra do historiador Menezes: “Sete Quedas ou Salto del Guaíra pertencia ao Paraguai desde 1525. Aquela área foi assunto de controvérsia nos Tratados de 1750 e 1777 entre Portugal e Espanha sobre suas posses na América do Sul, mas, no final, a área veio a pertencer ao Paraguai (MENEZES, 1987, p. 69)”. Em nove de maio de 1930, um Tratado complementar era assinado “os fatos indicavam, alguma coisa não estava realmente muito certa sobre os limites entre os dois países naquela área (MENEZES, 1987, p. 71)”.⁶

⁴ “Em 1750, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madri, que legalizava a ocupação de dois terços do atual território brasileiro, o tratado previa igualmente a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões; aldeamentos fundados pelos jesuítas espanhóis no atual oeste do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez desenhava-se no papel a forma compacta, que se triangulava, do mapa que hoje nos é familiar: 4.319 km ao leste e oeste, 4.395 km de norte a sul” (GOES FILHO, 2015, p. 29).

⁵ Tratado de Tordesilhas, assinado em 07 de junho de 1494 na cidade espanhola do mesmo nome. Traçando uma linha imaginária que se estendia do Norte a Sul do território da América, idealizaram, dessa maneira, pôr fim às desavenças diplomáticas.

⁶ “O problema todo concernia ao cume da serra de Maracaju: vinte quilômetros antes de atingir o Rio Paraná, a serra de Maracaju divide-se em dois contrafortes com o do sul indicando a quinta catarata e o do norte indicando

O debate da fronteira se estende e persiste, os paraguaios reivindicavam por meio do seu Ministro das Relações Exteriores, Raúl Sapena Pastor, os argumentos dos brasileiros, que questionavam o Tratado complementar de 1927, “[...] existia uma pequena faixa de terra de 20 quilômetros entre o ponto 341\IV e o Salto do Guaíra que até aquela data não tinha sido ainda definido. O argumento paraguaio era que ambos os governos deviam definir a quem pertencia àquela pequena faixa de terra” (MENEZES, 1987, p. 71).

O debate com relação à demarcação de fronteira foi intenso, reverberava o medo do expansionismo luso-brasileiro e, naquela metade dos anos sessenta do século passado, em que o Paraguai comemorava o centenário da Guerra de 1865, de acordo com as memórias de Mario Gibson Barboza “[...] uma bandeira brasileira foi queimada em frente ao Consulado Brasileiro”, *slogans* nas paredes em Assunção pediam “a expulsão dos bandeirantes do Salto Del Guaíra”.

A fronteira é um termo complexo, um “enigma”, pode ser física, política, social e cultural. Na visão clássica das relações internacionais, o Estado é o ator principal “[...] a fronteira política seria o limite entre dois Estados, uma linha objetivamente demarcada pela qual se organiza jurídica e politicamente determinada comunidade” (GALVÃO, 2011, p. 87). A questão das fronteiras irá ocupar a ação diplomática no traçado de fronteiras durante longo tempo, não é por acaso que a “[...] diplomacia antecipa os trabalhos da cartografia brasileira, ao menos no que se refere ao traçado das fronteiras” (SANTOS, 2014, p. 38).

Quanto ao aproveitamento das águas do Rio para produção de energia, de acordo com documentos, desde 1955 o governo brasileiro buscou concessão para o aproveitamento do potencial hidrelétrico das sete Quedas. No entanto, foi nos governos militares que tal recurso foi aproveitado, foi em 22 de junho de 1966 que os chanceleres Juracy Magalhães e Raúl Sapena Pastor assinaram a Ata das Cataratas ou Ata do Iguazu, “[...] este acordo veio após acaloradas discussões sobre Sete Quedas ou Salto del Guaíra” (MENEZES, 1987, p. 34).

Em sua obra, Mario Gibson Barboza, ao rememorar o período de tensão das relações brasileiro-paraguaias, em que estava na embaixada brasileira em Assunção, considera a ata do Iguazu um documento diplomático importante para a questão do litígio da fronteira, visto que “[...] aplacou em certo momento as labaredas” (BARBOZA, 2020, p. 111) no desentendimento que se mostrava à beira de um conflito. O conceito “conciliador” que surgiu da ata foi um estudo

o início do salto de Sete Quedas. Os paraguaios acreditavam que o cume da serra de Maracaju, que indicava o salto de Sete Quedas, é o norte e se isso fosse verdade Sete Queda lhes pertencia (MENEZES, 1987, p. 71)”.

das possibilidades econômicas do uso dos recursos hídricos pertencentes em condomínio aos dois países (BARBOZA, 2020, p. 112). A disputa diplomática para definir a fronteira pela geopolítica do rio Paraná quase acaba em conflito armado; a Ata das Cataratas assinada em 1966 é um documento que registra a intenção dos governos estudarem as potencialidades energéticas das Sete Quedas. Interessante forma de como se definia os fins da Geopolítica como área de conhecimento nesse período, pois, de acordo com Mattos, “[...] por geopolítica entendemos a política aplicada aos espaços geográficos” (MATTOS, 1977, p. 84).

Em entrevistas na década de 1978, o então chanceler Juracy Magalhães afirma que “foi um delicado trabalho do Itamaraty” (RIBEIRO, 2006, p. 30). “Coube a Juracy Magalhães a iniciativa de incrementar e aprofundar a presença brasileira na região do rio da Prata, buscando melhor aproveitamento dos recursos hídricos aí existentes (nos rios Paraná-Paraguai) em negociações diretas com o Paraguai. O tema era a fronteira hídrica entre os dois países que, em um extremo recolocava as Setes Quedas na discussão e no outro, trazia as Cataratas do Iguazu, o qual resultou em longas e difíceis – algumas vezes extremamente ásperas – conversações. O tema central, em 1978, era o aproveitamento das cataratas do Iguazu, que daria origem ao projeto da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu” (SILVA, 2010, p. 143-144). No documento os chanceleres concordavam

[...] que a energia elétrica produzida pelos desníveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do Rio Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades de consumo do outro país (SÓRIA, 2012, p. XI).

Ainda sobre o documento, San Tiago Dantas e Afonso Arinos de Melo Franco⁷ receberam a nota paraguaia de reivindicações. Referente a Melo Franco, o chanceler aponta um aspecto importante quanto à disputa em relação, deste do período colonial: “[...] a posse do Brasil em Sete Quedas tinha sido definida desde 1872” (1987, p. 74). Barboza⁸ registra um relato importante deste período para a solução do problema de litígio “[...] o território em litígio

⁷ Chanceler de Jânio Quadros lançaram a política externa independente (PEI). Novo chanceler do governo Goulart, San Tiago Dantas “aprofundou a PEI como defesa de interesse nacional, voltada ao desenvolvimento, à soberania e, explicitamente, à reforma social” (VIZENTINI, 2004, p. 23).

⁸ No livro sobre política externa brasileira Leticia Pinheiro chama atenção para a “gestão do ministro Gibson Barboza (1969-74) uma atenção maior aos países de menor desenvolvimento na América Latina e África, ainda que particularmente por meio de iniciativas de cooperação técnica e de projetos de investimentos de empresas estatais no campo energético e de comunicações” (2004, p. 34).

forçosamente seria coberto pelas águas da represa, eliminando-se, assim, o objeto de disputa [os saltos]” (SÓRIA, 2012, p. 66). É importante destacar, durante esse período, o Tratado da Bacia do Prata, de 23 de abril de 1969, que buscou cooperação entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O argumento de “águas em condomínio” foi vencedor na década de 1970. Em 1973, um período marcado por tensões e rivalidades regionais, é assinado o documento que entra para a história do Brasil e do Paraguai: o Tratado de Itaipu para o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná em condomínio desde o Salto Grande de Sete Quedas. Mario Gibson Barboza, como ministro das Relações Exteriores, com o ministro Paraguaio Raúl Sapena Pastor, em Brasília, assinam o documento com a presença dos respectivos presidentes.

2.1. Relações internacionais do Brasil: de Geisel a Lula

Coube ao governo do general Ernesto Geisel a inauguração da hidrelétrica de Itaipu, execução de uma grande obra no seu governo e sonho de outros presidentes como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros que, apesar do curto período de governo, acalentavam tal sonho. Geisel assume o Brasil pós-período da economia brasileira do chamado “milagre econômico” de 1968\1973⁹, o auge do milagre foi em 1973¹⁰, ano da assinatura do Tratado de Itaipu. Naquele momento, o aumento do consumo demandava maior produção de energia.

Ao assumir a presidência em 1974, Geisel, considerado o “último desenvolvimentista” depois de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, encontra um período de crise conjuntural e desafios no plano econômico e, na tentativa de superar o subdesenvolvimento, elaborou no seu governo um plano de desenvolvimento considerado “ambicioso”, o II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, cujo o objetivo “[...] visava superar os desequilíbrios setoriais” (CAMARGO, 2010, p. 208). Entre os investimentos destinados, recebeu destaque a expansão

⁹ “As políticas implementadas pelo Governo Castello Branco possibilitaram a reestruturação da economia brasileira e viabilizaram a expansão econômica no período do chamado milagre econômica, verificada entre 1968 e 1973. Em um contexto autoritário, uma série de reformas institucionais foi implementada a partir do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)” (PIRES, 2010, p. 193).

¹⁰ “Em 1973, o milagre atingiu seu auge, com um crescimento de 14% do PIB. No ápice do ciclo expansivo, um conjunto de contradições decorrentes de um desenvolvimento dependente se manifestaria (LACERDA, et.al, 2000, p. 117)”.

da geração de energia elétrica, tanto pela construção de hidrelétricas (Itaipu), como pela construção de usinas nucleares (Angra).

A crise energética necessitava do desenvolvimento de políticas de energia e de enfrentamento da crise econômica internacional. A dependência de fontes externas de energia colocava entre as metas o emprego da energia de origem hidrelétrica. O II PND colocava em ênfase a necessidade de formulação de uma política de energia como peça decisiva da estratégia nacional, destacava também o papel do Brasil como potência emergente, portanto, com “[...] condições de realizar uma política de país grande” (VALLA; SILVA, 1981, p. 66). No governo Geisel, a política externa desenvolvida “passou a ser projetada como, *pragmática, ecumênica e responsável*” (ALTEMANI, 2005, p. 149).

Altemani menciona que a política externa de Geisel estava direcionada “[...] para defender os interesses nacionais, não mais definidos em termos de potência emergente, mas na necessidade de manutenção do modelo de desenvolvimento implantado” (2005, p. 151). Para atingir os objetivos de uma política externa independente de projeção no exterior, as questões de disputas de fronteira foram imprescindíveis para a imagem positiva do país.

Para ficar claro esse posicionamento, podemos retomar a questão da disputa entre o Brasil e a Argentina sobre o desenvolvimento da usina hidrelétrica de Itaipu. Com o Tratado de Itaipu, assinado em 1973 com o Paraguai, a Argentina questionava a exploração desses recursos em rios internacionais de curso sucessivo, levantando a tese da obrigatoriedade de consultas e entendimentos com os países que se situam abaixo. Do outro lado, o Brasil levanta a tese da possibilidade de indenizar somente a posteriori caso ocorressem danos significativos. Levada a julgamento na ONU, a tese argentina obteve maioria, vencendo a brasileira. (ALTEMANI, 2005, p. 153).

O Brasil procurou resolver os problemas com seus vizinhos e buscar alternativas de cooperação “[...] abandonando o discurso ufanista de grande potência” (VIZENTINI, 2008, p. 53). O ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, “[...] concebia a política externa como elo entre passado e futuro, isto é, entre seus princípios e o progresso nacional” (CERVO; BUENO, 2010, p. 385). Segundo Pinheiro, “[...] com Geisel, a política externa finalmente se libertava da camisa-de-força ideológica que dificultara, quando não impedia, a diversificação das relações do Brasil” (PINHEIRO, 2004, p. 45). Na busca de autonomia se aproxima dos seus vizinhos e “[...] se distancia de temas polêmicos” (PINHEIRO, 2004, p. 46).

João Baptista de Oliveira Figueiredo inicia o governo em 15 de março de 1979 até 1985, último governo militar, e frente à turbulência internacional advindo do segundo choque do

petróleo¹¹, encontrou um quadro de resistência dos movimentos de mobilização que eclodiam no país. É importante destacar que é o fim do *Estado de segurança nacional* que abrirá caminho para democracia “[...] somente com a promulgação da Constituição de outubro de 1988” (2014, p. 211).

A década de oitenta é um período marcado pela crise e pela inflação acentuada com crise da economia internacional. Vizontini, ao refletir sobre o período, afirma que, “[...] na época o Brasil logrou grande respeito no cenário internacional, particularmente entre as nações do Terceiro Mundo, atingindo o apogeu da diplomacia do Itamaraty”. Destacou, também, que “muitas vezes a esquerda concentrada nas lutas da política interna, não conseguiu perceber esse outro combate paralelo que envolvia a questão nacional” (2008, p. 61). Segundo o autor, a política externa desse período foi caracterizada pelo *universalismo*.

No cenário doméstico a crise da dívida externa explode a crise fiscal do Estado. Este período é considerado a *década perdida* pelo agravamento da crise econômica e pelas pressões políticas. Chega ao fim o regime militar e começa a chamada Nova República, governo civil eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Nas questões referentes à política externa “[...] a redemocratização responde muito pouco por qualquer alteração no conteúdo da política externa” (PINHEIRO, 2004, p. 53).

As mobilizações de protestos que ecoaram no país nos anos oitenta são registros de uma época, como a *greve dos trabalhadores do abc paulista*, as *diretas já* e *quarup*. Foram importantes mobilizações, para redemocratização no país. Tem relação direta com Itaipu o *Movimento Justiça e Terra*¹², organizado pelos agricultores no oeste do Paraná. Não conseguiram impedir o alagamento de suas terras, porém alteraram o preço que seria pago pela terra, muitos migraram para o norte e outros compraram terras no Paraguai. Além desde,

¹¹ “O xá do Irã, Reza Pahlevi, havia sido deposto, dando início a um longo período de instabilidade no Oriente Médio, o que acabou por influenciar a economia mundial, que sofreu os impactos de um segundo choque do petróleo. Outro choque, o dos juros, foi imposto pelo Federal Reserve dos Estados Unidos (Fed), com vistas a debelar o controle inflacionário decorrente dos aumentos dos preços do petróleo” (Pires, 2014, p. 219).

¹² O Movimento Justiça e Terra, ativado pelos colonos que seriam indenizados por Itaipu, pressionou os dirigentes da usina para pagar um preço mais justo pela terra que seria desapropriada. Agricultores acamparam 16 dias em Santa Helena, em julho de 1980. Em Foz do Iguaçu foram 54 dias, em frente aos escritórios da Itaipu Binacional.

*Quarup – Adeus Sete Quedas*¹³ também teve relação com Itaipu, indo contra o desaparecimento de Sete Quedas, esses movimentos protagonizaram os protestos nas ruas formados pelo(as) agricultores, padres, pastores evangélicos da igreja luterana, ambientalistas, artistas, jornalistas e professores.

Esses movimentos revelam a força e a coragem dos protestos no enfrentamento com o poder do Estado que manteve durante décadas uma Doutrina de Segurança Nacional não apenas voltada para suas fronteiras, com conceitos geopolíticos introduzidos principalmente por Golbery de Couto e Silva¹⁴. Esse conceito contemplava não apenas a guerra convencional caracterizada pela agressão externa direta e declarada entre Estados, “[...] voltava-se antes para a guerra ‘não clássica’, da ‘agressão indireta’, caracterizada por ações insurrecionais e revolucionárias – tratar-se-ia da ‘subversão interna’, que operava com a ‘guerra psicológica’” (NETTO, 2014, p. 87”. Netto aponta para um aspecto além do geográfico, pois as fronteiras ideológicas ganhavam força “as fronteiras não limitavam nações, mas separavam ideologias” (NETTO, 2014, p. 87).

A década de noventa influenciará uma nova organização das relações internacionais. Pela chegada do ideário neoliberal, os países da América do Sul, de forma diferenciada, adotaram as políticas neoliberais como forma de superar o atraso, endividamento e o isolamento construído pelas políticas de segurança nacional. Enfrentavam problemas semelhantes pelo endividamento das décadas anteriores, fruto da adoção de um desenvolvimento via empréstimos. O surgimento da chamada crise da dívida externa foi um problema que abalou a economia de vários países, inclusive a do Brasil.

O conceito pautado na ideia de mudança introduzida nos anos noventa pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) será responsável pela adoção dessas políticas neoliberais: “[...] a ideia de mudança introduziu naturalmente o paradigma do Estado Normal, como invenção da inteligência periférica” (CERVO, 2002, p. 8)¹⁵, o Brasil adotou os

¹³ Um protesto organizado em forma de festival de arte e ciência contra o desaparecimento de Sete Quedas provocado pelo alagamento do Lago de Itaipu questionava também a expulsão de colonos e dos índios de suas terras.

¹⁴ Um dos estrategistas do mais importante do regime militar deixava a Casa Civil em 6 de agosto de 1981.

¹⁵ O Estado Normal “invenção latino-americana dos anos noventa, foi assim denominada pelo expoente da comunidade argentina Domingo Cavallo, em 1991, quando era Ministro das Relações Exterior do governo Menem. Aspiravam ser *normais* os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-90 na Argentina, Brasil, Peru,

princípios da política neoliberal de forma diferenciada de outros países da América do Sul, “[...] avançou menos pelo caminho do paradigma latino-americano do Estado Normal. Após uma tímida experiência do Estado logístico” (CERVO, 2002, p. 31), essa década, segundo Cervo (2002), é considerado para o Brasil como a década da ilusão.

Com as transformações provocadas pelo fim da guerra fria, originada na segunda guerra mundial e o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a economia entrava em uma face liberalizante dos mercados e a necessidade da formação de blocos era iminente. É neste sementário que surge o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), assinado em 1991, entre países que, no passado, haviam mantido uma relação de desconfiança e conflituosa, mas que realizaram um importante acordo de cooperação, sendo que a aproximação do Brasil e da Argentina foi/é considerada como “[...] o maior sucesso da diplomacia na América do Sul nas últimas décadas” (OLIVEIRA, 2010, p. 17).

Com relação à América do Sul, a busca na década de noventa da integração esteve na pauta da política externa desde os governos Collor, que assina o Tratado de Assunção, Itamar Franco e também no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foram organizadas duas cúpulas da América do Sul. O governo de Cardoso buscou uma política externa de fortalecimento do Mercosul e da integração sul-americana. Vizontini chama atenção para o significado da integração presente na constituição brasileira de 1988: “[...] a integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira. Como uma carga simbólica, a afirmação enaltece uma longa tradição de convivência pacífica e harmoniosa” (VIZENTINI, 2008, p. 95).

Moniz Bandeira afirma: “o conceito de América do Sul e não o conceito de América Latina, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi sempre o que pautou a política externa brasileira deste período (2006, p. 269)”. Amorim, que conduziu a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também reforçou a importância do conceito político da América do Sul e as “[...] dificuldades e resistências” encontradas para a recuperação do conceito no trabalho no que tange a integração política na América do Sul (AMORIM, 2011, p. 21). Liberal, Fernando Henrique, avançou na

Venezuela, México entre outros. Esse paradigma envolve três parâmetros de conduta: Estado subserviente; estado destrutivo; Estado regressivo (CERVO, 2002, p. 6)”.

busca da integração regional aprofundando o Mercosul como forma de sobrevivência e disputa com outros, bem posicionados na economia mundial.

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se inicia em 2003-2010, reforça a ideia da importância estratégica de integração nos países da América do Sul como um projeto, também político, que priorizava a agenda direcionada ao Mercosul, enfatizando uma política externa com um projeto de desenvolvimento social e econômico, fundamentado nas matrizes organizacionais de Fernando Henrique Cardoso. Um fragmento do discurso de posse do presidente Lula em 01/01/2003 é revelador da política externa:

[...] a grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera, unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões estreitas e egoístas do significado de integração.

O cenário internacional do governo Lula será diferenciado das décadas anteriores, o 11 de setembro de 2001, data do ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos modificará a política internacional e, segundo Lafer, “[...] o tema da paz e da guerra e a questão da segurança nos próprios centros do poder mundial” (LAFER, 2002, p. 45). A região da tríplice fronteira, por exemplo, será alvo da agenda de segurança dos Estados Unidos, quando o tema do terrorismo se torna central na política internacional, “[...] a região fronteira, onde Brasil, Paraguai e Argentina se encontram, foi definida como espaço de refúgio do terrorismo internacional” (HERZ, 2010, s/p)¹⁶. Outro ponto de tensão do período foi a crise econômica de 2008.

A questão de geração de energia na tríplice fronteira logo se torna tema do Mercosul. O governo Lula enfrentou conflitos em torno de recursos energéticos com alguns países latino-americanos, como Bolívia¹⁷, Paraguai e Equador. Os dois projetos energéticos na América do Sul, a usina hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai e o Gasoduto com Bolívia, faz com que a política externa brasileira tenha a questão energética com uma pauta importante. Celso Amorim, na época ministro do Governo Lula, abordou o seguinte sobre a questão do Paraguai:

O Paraguai é sócio da maior hidrelétrica do mundo (ainda é a maior em produção, apesar de Três Gargantas, na China). Quando está trabalhando com força total, é a maior hidrelétrica do mundo. O país tem a maior produção de energia elétrica per

¹⁶ Ainda de acordo com Herz “a inserção da fronteira Brasil, Argentina e Paraguai na agenda de segurança norte-americana inicia-se com ataque à embaixada israelense, em Buenos Aires, em 1992” (HERZ, 2010, p. 17).

¹⁷ Ocupação das refinarias da Petrobrás.

capita do mundo. E, no entanto, ainda há apagão em Assunção. A luz treme. Assim fica difícil desenvolver uma indústria. O acordo de Itaipu foi feito da maneira que se achava que era certa, em um período diferente da história. É preciso compreender que as reivindicações se baseiam em uma motivação legítima. O Paraguai sempre insistiu muito em poder vender para países terceiros, o que é algo muito difícil para o Brasil aceitar no curto prazo. No médio e no longo prazo até pode ser, porque podemos nos preparar para isso. No curto prazo, isso seria contraditório com o próprio objetivo da construção de Itaipu. Mas há formas que estamos tentando encontrar. Com isso, estamos criando uma nova relação. Não é fácil, porque não podemos interferir nos sistemas políticos internos. Há vários interesses concorrentes. Ter paciência é fundamental. (AMORIM, 2011, p. 403-404).

O Paraguai, a partir da vitória do presidente Fernando Lugo, em 2008, com destaque na sua agenda de soberania energética, defendeu o aumento das tarifas. Segundo Gustavo Codas, então diretor-geral do lado Paraguaio de Itaipu, as principais reivindicações apontadas na campanha de Lugo são: a) liberdade para comercializar seu excedente energético com terceiros; b) preço justo; c) revisão da dívida contraída; d) transparência e controle público das contas de Itaipu; e) cogestão paritária nas direções de Itaipu; f) realização das obras pendentes (CODAS, 2019, p. 70-71).

O governo de Lugo defendia a “[...] soberania de seu país sobre sua energia em um novo contexto de integração regional que fosse benéfica para o Paraguai e para seus vizinhos” (CODAS, 2019, p. 48). O impasse foi solucionado a partir de um acordo entre os dois governos:

A resolução do impasse veio com o acordo entre os dois governos, no qual o Brasil aceitou triplicar um adicional de compensação de US\$ 120 milhões/ano, bem como concordou que o Paraguai vendesse futuramente o excedente no mercado livre brasileiro, sem a mediação da Eletrobrás. Além disso, o Brasil se dispôs a construir uma linha de transmissão de US\$ 450 milhões, financiado pelo BNDES para levar energia ao interior do Paraguai. (BORBA, 2019, p. 96).

A renegociação de 2009, “a declaração conjunta Brasil-Paraguai”, foi um momento importante na história do tratado e da relação bilateral. O Paraguai, na época, chegou a ameaçar sua retirada do Mercosul, caso o acordo não fosse efetivado. A questão da renegociação ganha destaque nas agendas bilaterais dos dois países apontando para a problemática da renovação do Anexo C do Tratado de Itaipu, prevista para ser realizada em 2023. O acordo entre Lula-Lugo de 2008-2009 marca uma nova relação bilateral entre os dois parceiros, apesar do ponto central ser a questão energética, os temas pautados no documento estabelecem “[...] uma nova dinâmica nas relações bilaterais” (CODAS, 2019, p. 69).

O Senado brasileiro aprovou o aumento da energia e, em 2011, foi realizado um repasse de US\$ 36 milhões ao Paraguai. O período foi marcado por tensões, o impeachment do presidente Lugo e a suspensão do Paraguai no Mercosul. O ano de 2016 marca o impeachment

de Dilma Rousseff. Com Dilma Rousseff (2011-2016), a política externa com a região sofrera alterações (ESPÓSITO; FRANCHI, 2022, p. 3-25). O período foi marcado também pela admissão da Venezuela como membro pleno no Mercosul.

Em 2019, os movimentos sociais em Assunção iniciam uma campanha para a “anulação do Tratado de Itaipu”¹⁸, revelando, novamente, tensões que o tema provoca nas relações bilaterais. Querendo reverter a renegociação Lula-Lugo, o governo do presidente Jair Bolsonaro “queimou as pontes diplomáticas” (MARTINS, 2019) para tratar do tema, ao negociar de forma secreta com o então presidente Paraguai, Mario Abdo Benitez, sobre um acordo bilateral oculto de energia elétrica. Essas negociações provocaram uma crise política no Paraguai, geraram a renúncia do ministro das Relações Exteriores Luis Castiglioni, do embaixador paraguaio no Brasil, Hugo Saguier, do diretor paraguaio de Itaipu, José Alderete e do presidente da Administração Nacional de Eletrecidade (ANDE), Pedro Ferreira, além do risco de impeachment de Benitez.

Em entrevista à Carta Capital o economista e deputado Ricardo Canese, ao detalhar o acordo secreto entre Bolsonaro e Benitez, aponta o significado de Itaipu estar no centro do debate, das manifestações e da política paraguaia: “Itaipu, além de estratégica, é uma mina de ouro. A energia elétrica é um dos principais produtos de exportação do Paraguai. À parte ser uma fonte de receita externa, é um símbolo nacional, como o canal para os panamenhos, o gás para os bolivianos”¹⁹.

Outro marco destacado nos meios de comunicação é o pagamento da dívida, em 28 de fevereiro de 2023, comemorado em cerimônia oficial pelos diretores brasileiros e paraguaios de Itaipu. Várias notícias nos mais diferentes jornais, blogs, sites sobre a renovação do Tratado apareceram, destacando o passado no processo que exigira diálogo como se percebe nesse exemplo: “Paraguai está ansioso para ‘corrigir’ o que julga ser injustiça histórica, que permite o Brasil adquirir o excedente energético por preço diferente no mercado aberto”²⁰.

¹⁸ Ver. Fonte: Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2019/12/03/itaipu-revisao-do-anexo-ou-aggiornamento-do-projeto/>>. Acesso em: 08 out. 2023.

¹⁹ Ver. Fonte: Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-paraguaio-ricardo-canese-detalha-o-escandalo-de-itaipu/>>. Acesso em: 09 out. 2023

²⁰ BRUM, Mauricio. 50 anos depois, renegociação de Itaipu estremece parceria Brasil-Paraguai. Fonte: Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/05/50-anos-depois-renegociacao-de-itaipu-estremece-parceria-brasil-paraguai/#>>. Acesso em: 06 out. 2023.

Os protestos dos movimentos sociais em assunção e o fato do tema estar sempre na pauta central dos políticos paraguaios revela que a política externa do país não está isolada do debate público. O Paraguai tem um ressentimento de períodos da sua história oficial que deixou registrado na memória da população “marcas coletivas de uma memória histórica do passado (MONTENEGRO, 2010, p. 75)”. A Guerra da Tríplice Aliança e o Tratado de Itaipu são dois temas “sensíveis” no Paraguai, dentro de um contexto histórico nacional e internacional.

O presidente Luiz Inácio da Silva (2023) e o presidente do Paraguai, Santiago Peña (2023)²¹, tinham a tarefa de fazer com que os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países buscassem um entendimento para a questão da renovação do Tratado prevista para quando completasse 50 anos. O Anexo C do Tratado de Itaipu trata da revisão das bases financeiras da tarifa de suprimento de energia de Itaipu binacional. Segundo Barboza, que assinou o Tratado de Itaipu em 1973 e estava em Assunção como embaixador, acompanhando o debate acalorado pelo litígio da fronteira rememora:

Dir-se-á, que o Tratado foi, para nós, de fácil negociação. Muito pelo contrário, foi uma negociação difícilíssima, em que as duas partes defenderam acirradamente os respectivos interesses nacionais, mas sempre sem perderem de vista a meta final, que era obter-se um acordo durável e sólido, isto é, vantajoso, equitativamente, para ambas as partes. A luta pelo preço do quilowatt, por exemplo, foi feroz. Além disso, outras dificuldades surgiam, a cada passo, como a elaboração de um direito que regesse as relações de trabalho da portentosa binacional. Enfim, era um tratado inovador, especial. Acrescenta-se a essas dificuldades, naturais num tratado sem precedentes, destinado a criar a maior hidrelétrica do mundo, a ferrenha oposição movida pela Argentina, que, durante muito tempo, assumiu atitude marcadamente negativa e hostil a respeito. (BARBOZA, 2020, p. 123-124).

No Brasil, a dependência da matriz energética brasileira das hidrelétricas coloca o debate em destaque na política externa. Para o Paraguai, o tema é considerado “sensível” situado no centro das agendas políticas. Segundo Celso Amorim, que chama atenção para o caráter permanente e para a construção da América do Sul, pautado na experiência de conduzir a política externa formulada durante os oito primeiros anos de gestão do presidente Lula, este processo “é uma tarefa permanente” (2011, p. 71). Assim como o Mercosul que, ainda citando Celso Amorim, modificou a mentalidade dos dirigentes, estima-se que Itaipu continue reverberando uma relação de cooperação, diálogo, paz e desenvolvimento.

²¹ O Paraguai tem no Brasil é o maior investidor direto e principal parceiro comercial no Paraguai e esse país abriga a maior comunidade de brasileiros fora do país mais de 245 mil brasileiros. Fonte: Disponível: <https://www.gov.br/mre/es/canales_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/reunion-entre-el-presidente-lula-y-el-presidente-electo-de-paraguay-santiago-pena>. Acesso em 06 out. 2023.

3. Considerações Finais

Itaipu é um projeto realizado entre dois países para aproveitamento energético, uma prova que a região sul-americana, embora o passado de disputas, é capaz de fazer história, se utilizando de sua capacidade geográfica, com suas implicações geopolíticas para o aproveitamento das potencialidades na busca do desenvolvimento.

O tema é de interesse dos presidentes de ambos os países que, apesar da divergência com relação ao preço da tarifa de energia, anunciaram em julho revisão do Tratado de Itaipu²². Em janeiro a indefinição “[...] paralisou o orçamento da hidrelétrica”, por pressão do Paraguai²³. Em uma reunião realizada no Itamaraty, em 15 de janeiro, para debater questão, o presidente Lula afirmou, durante o seu discurso, a importância na busca para “[...] construir a relação mais harmoniosa, mais profissional e política”²⁴.

Itaipu reverbera questões políticas, de fronteira, de segurança, ambientais, econômicas, geopolíticas e da constituição brasileira, em que a integração é um dos principais princípios da política externa. No entanto, muitos outros agentes além da diplomacia, entram em fricção quando se trata de fronteiras. A disputa pelo controle de navegabilidade iniciado pelas coroas, reverberam, na atualidade, de diversas formas. Itaipu foi concebida como um tratado de paz, porém, o vai e vem da política em ambos os países criam ações e reações diversas, tanto nas relações diretas, quanto nas indiretas como no Mercosul, que envolve outros parceiros, além da produção de outras fontes energéticas.

É simbólico que o próprio Tratado de 1973 tenha previsão de revisão de valores e estratégias de distribuição; isto, por si só, denuncia o caráter de disputa frequente pelo controle na fronteira.

²² O Brasil pagará duas vezes mais pela energia excedente do Paraguai em troca do fortalecimento econômico regional. <https://memorialdademocracia.com.br/card/a-revisao-do-tratado-de-itaipu#:~:text=Brasil%20e%20Paraguai%20anunciam%20a,cerca%20de%20US%24%20360%20milh%C3%B5es.>>. Acesso em 31/10/2024.

²³ O Brasil pretende manter para este ano proposta próxima aos US\$ 16,71 por kilowatt (kW) pagos em 2023, mas o governo paraguaio pressiona: quer mais de US\$ 20.

²⁴ Pronunciamento do presidente Lula durante a visita do presidente do Paraguai, Santiago Penã. <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/transcricao-do-pronunciamento-do-presidente-lula-durante-visita-do-presidente-do-paraguai-santiago-pena>>. Acesso em 24 jan. 2024.

Referências

- ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Brasília: FUNAG, 2020.
- BOCCHI, João Ildebrando, et.al. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BORBA, Jonatan Carvalho. **A grande imprensa e a inserção internacional do Brasil: posicionamentos nos governos Lula e Dilma (2003 - 2016)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, 2019.
- BRUM, Mauricio. **50 anos depois, renegociação de Itaipu estremece parceria Brasil-Paraguai**. 16.05.2023. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2023/05/50-anos-depois-renegociacao-de-itaipu-estremece-parceria-brasil-paraguai/#>>. Acesso em: 06 out. 2023.
- CAMARGO, José Marangoni. **Do “milagre econômico” à “marcha forçada” (1968-1980)**. In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CAUBET, Christian Guy. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1989.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- CODAS, Gustavo. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- CORDEIRO, Enio. **O Tratado de Itaipu e os acordos alcançados com o Paraguai**. Disponível em: <<https://interessenacional.com.br/o-tratado-de-itaipu-e-os-acordos-alcancados-com-o-paraguai/>>. Acesso em 06 out. 2023.
- ESPÓSITO NETO, Tomaz; FRANCHI, Tássio. **As relações brasileiro-paraguaias de Dilma e Temer (2011-2018): uma parceria estratégia em (des) construção?** **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, e1187, 2022.
- GALVÃO, Thiago Gehre. **Relações Fronteiriças do Brasil: uma curvatura na dimensão histórica sul-americana**. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern. **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos**. Boa vista: Editora de UFRR, 2011.

GOMES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**. Ed. rev. e atual. Brasília: FUNAG, 2015.

HERZ, Monica. Prefácio. In: AMARAL, Arthur Bernardes. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuru, 2010.

ITAIPU. Encontro celebra 50 anos do Tratado de Itaipu, marco da diplomacia latino-americana. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/encontro-celebra-50-anos-do-tratado-de-itaipu-marco-da-diplomacia-latino-am>>. Acesso em: 15 set. 2023.

LAFER, Celso. **Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira 2001-2001**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

MATIAS, Murilo. Deputado Ricardo Canese detalha o escândalo de Itaipu (10.08.2019). Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-paraguaio-ricardo-canese-detalha-o-escandalo-de-itaipu/>>. Acesso em: 09 out. 2023.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

MARTINS, Renato. Itaipu: revisão do anexo ou aggiornamento do projeto (03.12.2019). Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2019/12/03/itaipu-revisao-do-anexo-ou-aggiornamento-do-projeto/>>. Acesso em: 08 out. 2023.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner: Brasil- Paraguai, 1955-1980**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Brasil e a América do Sul. In: OLIVEIRA Altemani Henrique; LESSA, Carlos Antônio (org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Marco Aurelio Guedes. Interpretações da Política Externa do Governo Lula. **Revista Política Hoje**, Vol.19, n.1, 2010.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva 2010.

RIBEIRO, M. F. B. Geopolítica, fronteiras e movimentos sociais emergentes. **Revista Intellector**. Ano XVI\Volume XVII, n.33, Janeiro-Junho, 2020.

RIBEIRO, M.F.B. **Memórias do Concreto: Vozes na construção de Itaipu.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

SAMEK, Jorge Miguel. Prefácio da obra. In: SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. **Usina de Itaipu: integração energética entre o Brasil e o Paraguai: uma síntese histórica de Itaipu Binacional.** Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2012.

SANTOS, José Carlos dos. **Construir fronteiras: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos Séculos XIX e XX.** Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2014.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. **Usina de Itaipu: integração energética entre o Brasil e o Paraguai: uma síntese histórica de Itaipu Binacional.** Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil no Mundo. In. REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia 1964-2010.** Rio de Janeiro: Mapfre e editora objetiva, 2010.

VALLA, Victor Vicent; SILVA, Luiz Werneck. **Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia (1949-1976).** Brasília, CNPQ, Coordenação Editorial, 1981.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralismo, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.